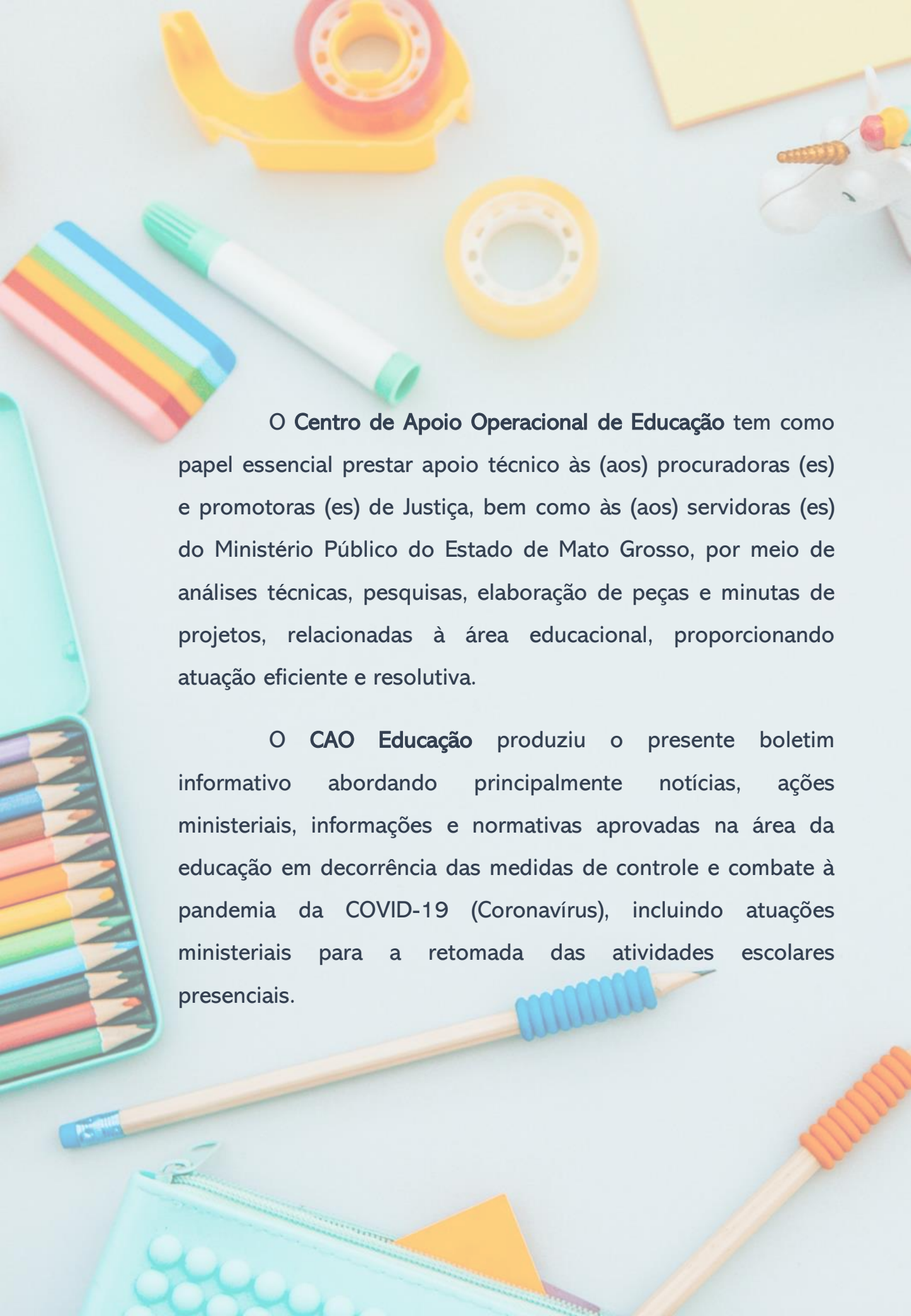




Boletim Informativo CAO-EDUCAÇÃO

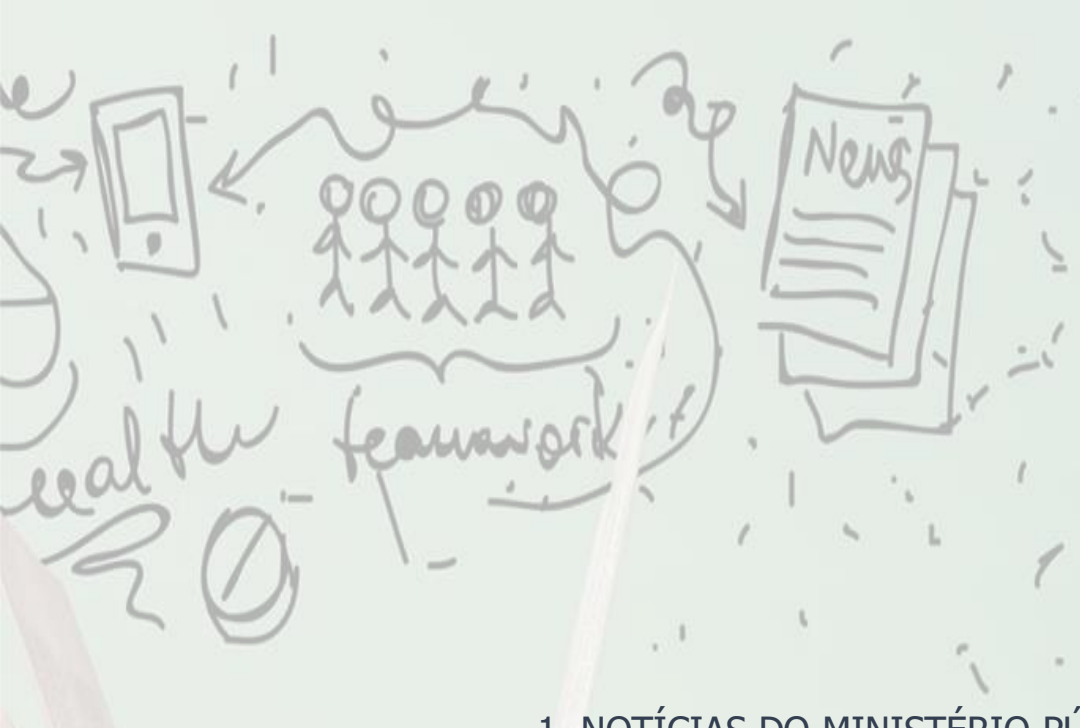


MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O **CAO Educação** produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus), incluindo atuações ministeriais para a retomada das atividades escolares presenciais.



SUMÁRIO

1. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
2. NOTÍCIAS DE OUTROS MP'S
3. NOTÍCIAS do MPF
4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
5. NOTÍCIAS DIVERSAS
6. NOVIDADES LEGISLATIVAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Silhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Educação

Mayra Cristina Arruda Ambrósio – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial



NOTÍCIAS DO MPMT

Seduc terá 30 dias para apresentar proposta sobre EE Nova Chance

Em reunião realizada no dia 30 de julho, ficou acordado com o Ministério Público de Mato Grosso e com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) que a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) apresentará, em 30 dias, projeto para redimensionamento da Escola Estadual Nova Chance, contemplando as observações do sistema de Justiça. O secretário de Educação Alan Resende Porto e o secretário adjunto Executivo da Seduc, Amauri Monge, se comprometeram a finalizar e apresentar, até o fim de agosto, o modelo de gestão de ensino da unidade, que atende exclusivamente o sistema prisional do estado.

MP atuará para garantir reabertura das escolas a partir de agosto

O Ministério Público de Mato Grosso está acompanhando a programação de retornos às aulas na rede pública e atuará junto aos gestores municipais para assegurar a reabertura gradual das escolas a partir da próxima semana (2 de agosto). Conforme o promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior, da 8ª Promotoria de Justiça Cível de Tutela Coletiva da Educação, o MPMT atuará seguindo os parâmetros da legislação que reconheceu a educação como atividade essencial no Estado.

Promotores de Justiça devem fomentar reabertura das escolas públicas

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso e as procuradorias de Justiça Especializadas da Cidadania e do Consumidor e em Defesa da Criança e Adolescente emitiram recomendação conjunta aos promotores de Justiça que atuam nessas áreas para que fomentem e organizem o processo de reabertura das escolas públicas em seus Municípios, no formato presencial/híbrido, a partir de agosto de 2021.

MPMT requer suspensão de artigo que condiciona volta às aulas

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, ingressou nesta sexta-feira (09) com Ação Direta de Inconstitucionalidade requerendo, em pedido liminar, a suspensão do parágrafo 4º da Lei Estadual nº 11.367/21, aprovada nesta semana pela Assembleia Legislativa, que condiciona o retorno das aulas presenciais na Rede Estadual de Ensino à comprovação da imunização de todos os profissionais que atuam nas unidades escolares. A medida foi adotada em virtude de representação formulada pela 8ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá.

MP alerta prefeito que projeto de lei afronta direito constitucional

Em ofício encaminhado ao prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso alerta que a aprovação de projeto de lei condicionando o retorno das aulas presenciais à vacinação de todos os profissionais da educação é desproporcional e irrazoável. Afirma ainda que a condicionante afronta o direito constitucional de acesso à educação dos alunos da rede pública de Cuiabá, especialmente os mais vulneráveis e carentes.

Município retoma aulas presenciais na próxima segunda após TAC com MP

Escolas da rede municipal de ensino de Rondonópolis retomam no dia 09/08 as atividades em sistema híbrido. A decisão atende a um Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Município e o Ministério Público Estadual, por meio das Promotorias de Justiça que atuam na defesa da Cidadania e da Infância e Juventude. O acordo extrajudicial teve por base a elaboração do Plano de Retorno às Aulas Presenciais, que já foi submetido e aprovado pelo Comitê de Gestão de Crise em Decorência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus.

A promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower explica que, em cumprimento ao TAC firmado com o MPMT, o município editou decreto determinando a manutenção do monitoramento de vigilância epidemiológica específico da rede municipal escolar.





Geduc Ribeirão Preto faz webinar para tratar da retomada de aulas presenciais

O núcleo de Ribeirão Preto do Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc) realizou webinar voltado a prefeitos e secretários municipais para discutir o risco de transmissão e o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia. O objetivo foi permitir aos gestores uma reflexão contextualizada, com base em estudos científicos, para reforçar ou modificar a decisão administrativa acerca da retomada, abordando formatos e eventuais condicionantes.

Liminar determina retorno de aulas presenciais na rede municipal em Embu das Artes

Liminar concedida (23/7) determina que Embu das Artes garanta a retomada das aulas presenciais nas escolas públicas municipais no início do segundo semestre letivo deste ano, ou seja, em 2 de agosto. Assim, a decisão que atende a pedido da promotora Renata Caetano Pereira da Silva Fuga obriga o Poder Público a dar tratamento isonômico entre as redes municipal, estadual e particular, estas últimas já autorizadas para retornarem com as atividades presenciais.



MPRJ ajuíza ação para que Angra dos Reis retome as atividades presenciais nas escolas, observando as bandeiras sanitárias sobre risco da Covid-19

O MPRJ requer que a Justiça determine ao município que, à luz dos indicadores das bandeiras sanitárias e do Painel de Indicadores COVID-19 do Estado, preste e regulamente, de modo adequado e segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o serviço público educacional. Aponta o MPRJ que o mesmo deve ser retomado de forma segura e presencial, ainda que com limitação em quantativo de alunos em sala e/ou de forma híbrida, num misto de atividades presenciais e remotas.

Operação volta às aulas: MPDFT realiza fiscalização para avaliar retomada segura

Representantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) visitaram, no dia 28 de julho, 19 escolas públicas de ensino fundamental e médio com o objetivo de verificar as condições para o retorno às aulas presenciais, previsto para iniciar gradualmente a partir de 5 de agosto. Inicialmente, não foram observados impeditivos para a volta das atividades. As informações estão sendo analisadas e as regionais de ensino serão notificadas para providências, caso seja necessário.

MPDFT inicia vistoria em escolas públicas para verificar condições de retorno presencial

A operação avalia o distanciamento das carteiras nas salas de aula e o espaço de movimentação de professores e estudantes. Também verifica se a estrutura da escola é adequada para a aferição de temperatura no momento do acesso, como estão previstas as ações de higienização de objetos e ambientes e se a escola tem produtos suficientes, como papel toalha, álcool gel, sabão e máscaras, entre outros itens.

GAEPE-GO comemora aniversário com foco na BUSCA ATIVA ESCOLAR e garantia de conectividade para todos

Ações visando ao incremento da conectividade nos municípios goianos e a busca ativa para o retorno às aulas presenciais foram alguns dos temas debatidos na 19ª reunião do Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em Goiás (Gaepe-GO). O evento explanou aos gestores municipais sobre a conectividade como compromisso com o presente e o futuro da educação pública. Entre os temas abordados estavam estudos, estimativas, descrição, indicação de marcas, exigência de amostras para compra de produtos e foram feitas análises de registro de preços para aquisição de equipamentos de informática.

MP-GO AJUIZA AÇÃO PARA RETORNO PARCIAL DE AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS DE RIO QUENTE

O Ministério Público de Goiás (MP-GO), por intermédio das 3ª e 5ª Promotorias de Justiça de Caldas Novas, ajuizou ação civil pública (ACP), com pedido de tutela de urgência, para que o município de Rio Quente adote as providências sanitárias e administrativas necessárias ao retorno das aulas presenciais, de forma híbrida e com percentual mínimo de 50% presencialmente, para o primeiro dia do segundo semestre letivo. Além disso, requereu que o município observe a natureza essencial da atividade de ensino quando da idealização da implementação de políticas públicas e da adoção de novas medidas de controle da pandemia.

MPBA discute oferta de educação infantil em Ilhéus

O Ministério Público estadual promoveu uma reunião com o Município de Ilhéus para discutir a necessidade de oferta da educação infantil por meio da rede pública ou particular (mediante convênio), de modo a atender a população de crianças em idade escolar e pré-escolar na cidade. A reunião foi realizada por conta de uma ação de execução referente a ação civil pública que tramita na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ilhéus, cujo objeto é a condenação do Município na obrigação de ofertar a educação infantil na cidade.

MPCE promove evento sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) promove, por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (Caoeduc) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), o evento “Novo FUNDEB – Desafios para o Acompanhamento e Controle Social”. O encontro, aberto ao público, será realizado no dia 12 de agosto, às 15 horas, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do MPCE (youtube.com/ministeriopublicoce). As inscrições devem ser feitas na plataforma do CEAF (cursos.mpce.mp.br).

MPBA realiza primeira inspeção remota de escola em Salvador por meio do programa 'Saúde + Educação'

O Ministério Público estadual, por meio do programa 'Saúde + Educação', realizou a primeira inspeção remota de escola em Salvador por meio de videoconferência. Na ocasião, a equipe do MP visitou virtualmente a escola estadual e observou que o espaço apresenta ambiente adequado para o retorno presencial às aulas, com espaços abertos e ventilados, salas amplas, além de sinalização para distanciamento social e dispensadores de álcool em gel em todos os ambientes. Além disso, observou que cartazes com orientações de boa higiene e prevenção contra a transmissão do coronavírus estão afixados em locais visíveis na escola.

MPCE fiscaliza medidas implementadas para retorno das aulas presenciais em Tauá, Parambu e Arneiroz

Nas reuniões foram discutidos sobre a constituição de comitês intersetoriais municipais; realização de audiência pública junto à comunidade escolar; avaliação, regularização, descontaminação e adaptações dos prédios onde funcionam as escolas que receberão alunos presenciais; definição das rotas necessárias ao transporte de escolares que retornarão às aulas presenciais, dentre outros pontos

MPCE recomenda elaboração de novo plano de retomada das aulas presenciais em escolas públicas de Madalena

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da Promotoria de Justiça de Madalena, recomendou que o Município elabore com urgência um novo Plano de Retomada das Atividades de Ensino Presencial na rede pública. A recomendação orienta também sobre a necessidade de a administração municipal fazer um plano específico para a testagem de profissionais de educação e de um cronograma detalhado sobre a necessidade de aquisições, obras e serviços.

MPCE e Prefeitura de Parambu firmam acordo para retorno gradual das aulas presenciais na rede pública no segundo semestre

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Parambu para estabelecer o retorno progressivo, escalonado e seguro das atividades presenciais na rede pública de ensino do Município, a partir do segundo semestre deste ano. O compromisso foi formalizado entre o titular da Promotoria de Justiça de Parambu, promotor de Justiça Jucelino Oliveira Soares, e o prefeito da cidade, Rômulo Noronha. O retorno presencial acontecerá de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais do Sistema de Ensino Municipal, das disposições pactuadas no acordo e das demais normas de educação e segurança sanitária.

Experiência do MPRO e TCERO inspira Tribunal de Contas de Mato Grosso a aderir ao Busca Ativa Escolar

A experiência do Ministério Público de Rondônia e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no Busca Ativa Escolar tem inspirado outras instituições do País a aderir à plataforma de combate à exclusão escolar. Esta semana, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso anunciou que lançará nota técnica para nortear as ações relacionadas ao programa naquele Estado.



MP alinha ações do Busca Ativa Escolar em evento on-line com participação do Unicef

O Ministério Público de Rondônia, por meio do Grupo de Atuação Especial da Infância e do Centro de Apoio Operacional Unificado realizou encontro virtual com Promotores de Justiça da Educação de todo o Estado para alinhar ações a serem implementadas no contexto do Busca Ativa Escolar. A estratégia, que tem como ferramenta central uma plataforma gratuita do Unicef voltada para o combate à exclusão escolar, foi instituída como projeto no âmbito da Instituição.

MPSC ajuíza ação para obrigar Município de Concórdia a reabrir matrículas nas creches e a zerar fila de espera

Atualmente o Município não está aceitando novas matrículas e 740 crianças estão esperando uma vaga.

MPSC obtém liminar para regularização da estrutura de escola estadual em Itajaí

Decisão da Justiça determina que o Estado apresente em 30 dias um plano de trabalho para regularização da estrutura da Escola de Educação Fundamental Francisco de Paula Seara.

TAC FIRMADO ENTRE MPRS E GOVERNO DO ESTADO GARANTE AULAS PRESENCIAIS PARA MAIS DE 25 MIL ALUNOS NA FRONTEIRA OESTE

Após o cumprimento das cláusulas estipuladas no TAC, que garantem a segurança de todos, as escolas ficam autorizadas a, de imediato, abrir suas portas para todas as atividades escolares presenciais, seguindo os protocolos sanitários estabelecidos em razão da pandemia, garantindo direito à educação em ambiente seguro aos mais de 25 mil alunos atingidos pelas interdições.

MPRS APRESENTA PROJETO QUE FOMENTA CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ENSINO REMOTO NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO

Diante da necessidade de as escolas conciliarem ensino presencial e remoto como medida de combate à pandemia, o Ministério Público, por intermédio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões (Caoijefam), promove nesta terça-feira, 13 de julho, dia em que se comemora 31 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca), webconference para apresentar o Projeto Conectividade das Redes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul.

MPRS FAZ REUNIÃO COM DEPUTADOS ESTADUAIS PARA TRATAR DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL

A Lei Estadual 15.536, aprovada em outubro de 2020, autoriza os executivos Estadual e Municipais a anteciparem até 30% dos valores a serem pagos às empresas de transporte escolar rural contratadas, e que, com a suspensão das aulas em razão da pandemia da Covid-19, tiveram a operação suspensa e não receberam os repasses.

Justiça acata argumentos do MPPR em recurso e determina a retomada das aulas presenciais da rede pública no Município de Curitiba

Foi determinada pela Justiça a obrigação do Município de Curitiba de retomar as aulas presenciais na rede pública da capital, a exemplo do que já vinha ocorrendo com as escolas particulares. A decisão atende recurso interposto pelo Ministério Público do Paraná em ação civil pública ajuizada para garantia da oferta do ensino presencial a todos os estudantes da rede pública municipal. O MPPR sustentou que a primeira avaliação do Judiciário, que negou o pedido liminar feito em abril pela retomada das aulas presenciais, pela Prefeitura, desconsiderou o devido tratamento equânime entre os alunos das redes pública e privada.

Município de Pontal do Paraná informa ao MPPR que acatará recomendação administrativa para retorno das aulas presenciais a partir de agosto

No documento, o MPPR argumenta que o ensino a distância é insuficiente e prejudicial a crianças, adolescentes e suas famílias e até mesmo à economia, bem como que a suspensão ou inexistência de ensino presencial configura violação do direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal. A Promotoria destaca que o Brasil está entre os países mais atrasados na retomada do ensino presencial e que, no contexto da pandemia de Covid-19, tal atividade deveria estar entre as últimas a serem suspensas e entre as primeiras a serem retomadas, conforme os princípios de absoluta prioridade, proteção integral e melhor interesse de crianças e adolescentes (consignados no artigo 227 da Constituição Federal, no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre os Direitos da Criança).

Notícias do Ministério Público Federal

MPF apura pagamento de aposentados e pensionistas com recursos do Fundeb em Pernambuco

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimento para acompanhar possível utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para pagamento de aposentados e pensionistas no estado, conforme a Resolução nº 134/2021, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

Catrapovos Brasil realiza reunião com lideranças e gestores da região Sul para discutir alimentação tradicional nas escolas

A Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil realizou reunião regional com gestores estaduais e municipais responsáveis pela alimentação escolar, lideranças indígenas e tradicionais e representantes da sociedade civil dos estados da região Sul para apresentar e discutir a estratégia que estimula a adoção da alimentação tradicional em escolas indígenas e de comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, entre outras. O objetivo é viabilizar a compra, pelo Poder Público, de alimentos produzidos pelas próprias aldeias e comunidades para abastecer as escolas, gerando renda para esses povos e garantindo alimentação mais saudável para os estudantes.

Para MPF, decisão do TJSE que permitiu parcelamento de valores devidos a profissionais da educação é inconstitucional

O Ministério Público Federal (MPF) posicionou-se favoravelmente a recurso de professores e demais profissionais da educação do município de Santo Amaro das Brotas (SE) que busca o pagamento dos profissionais do magistério nos meses de maio e junho de 2016 em ação contra o governo municipal. O caso tem origem em determinação da Justiça de primeira instância que obrigou o município ao pagamento dos profissionais até o 5º dia útil do mês seguinte trabalhado. No entanto, após recurso do governo municipal, o Tribunal de Justiça de Sergipe determinou que a remuneração da categoria deverá ser paga até o 5º dia útil, respeitando o limite da receita mensal do Fundeb, de modo que o excedente seja parcelado no prazo de até 30 dias.

Notícias dos Tribunais Superiores



Bolsonaro questiona lei que obriga União a custear acesso de estudantes e professores da rede pública à internet

O presidente da República, Jair Bolsonaro, acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei 14.172/2021, que prevê o repasse de R\$ 3,5 bilhões pela União aos estados e ao Distrito Federal, no prazo de 30 dias após sua publicação, para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da educação básica pública.

O projeto de lei foi vetado por Bolsonaro, mas o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional e agora o chefe do Executivo federal questiona a norma no STF por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6926.

Para o presidente, a imposição, de iniciativa parlamentar, afronta o devido processo legislativo, pois interfere na gestão material e de pessoal da Administração Pública. Na avaliação de Bolsonaro, o programa instituído não se implementa pelos fluxos administrativos já existentes, mas demanda reorganização dentro dos órgãos competentes, representando interferência em suas atribuições regulares. Revela-se, assim, a seu ver, a necessidade de que a matéria seja tratada em diploma de iniciativa do chefe do Executivo Federal.

Decisões judiciais que concederam equiparação salarial a professores de PE são inconstitucionais

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou os efeitos de decisões judiciais que haviam concedido, com base no princípio da isonomia, reajuste salarial aos professores de Pernambuco. A decisão foi tomada por maioria de votos no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 79, em sessão virtual concluída em 25/6.

OUTRAS NOTÍCIAS



Gaepe Brasil defende o retorno gradual às aulas presenciais

O documento estabelece como diretrizes a prioridade absoluta ao direito à vida e à educação de crianças, adolescentes e jovens; a implementação de protocolos para o retorno seguro das aulas presenciais, e sua elaboração imediata por aqueles entes federativos que ainda não o fizeram, levando em consideração a realidade local e abordando os aspectos de biossegurança, socioemocional, cognitivo e normativo; e o retorno gradual às aulas presenciais no formato de aprendizagem híbrida, dentro e fora da escola, priorizando os alunos de educação infantil, bem como os com maiores dificuldades de acesso às atividades escolares de aprendizagem.

Busca ativa de estudantes é prioridade para redes municipais de educação em 2021, revela pesquisa Undime, com apoio do UNICEF e Itaú Social

Estudo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizado entre os meses de junho e julho de 2021, mostra os avanços e desafios das redes municipais de ensino para a garantia da aprendizagem durante a pandemia da Covid-19. A pesquisa buscou entender como foi a transição dos anos letivos 2020-2021 e quais foram as estratégias de ensino adotadas ao longo de 2021. O levantamento aborda como está sendo planejado o segundo semestre e quais os principais desafios das Secretarias Municipais de Educação neste momento.

Agências da ONU pedem reabertura segura das escolas no Brasil

a Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil realizou o Seminário Reabertura Segura das Escolas, que, ao longo do dia, contou com uma audiência de mais de 12 mil pessoas no YouTube da ONU Brasil. O evento discutiu os impactos do fechamento das escolas, os desafios que o Brasil tem enfrentado para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes à educação e os caminhos para uma reabertura segura sustentável das escolas.

Ao final, UNICEF, Unesco e Opas lançaram um manifesto pedindo urgência nos esforços para a reabertura segura das escolas no País, lembrando que, em qualquer emergência, as escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a abrir. [Acesse o documento completo aqui.](#)

60% das crianças ouvidas por pesquisa afirmam ter dificuldade de acesso à internet para poder estudar

Pesquisa A Voz Dos Alunos, realizada pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação e a Visão Mundial, aponta que, com relação às dificuldades enfrentadas por crianças durante a pandemia, cerca de 58% delas relataram que têm dificuldade de acessar à internet para poder assistir às aulas e 34% apontam que enfrentam problemas com relação a materiais escolares.

[ACESSE AQUI A PESQUISA](#)

covid: 57% das cidades finalizaram medidas para retorno presencial às aulas

Pesquisa feita pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), em parceria com o Itaú Social e o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), apontou que 57% das redes municipais concluíram seus protocolos sanitários contra a covid-19 para o retorno presencial às aulas. Outras 40,4% responderam que esse processo ainda está em construção e 2,6% nem começaram.

Escolas municipais só reabriram em 16,2% das cidades brasileiras neste ano

As escolas municipais só voltaram a receber alunos para atividades presenciais em 16,2% das cidades brasileiras neste ano.

Na maior parte delas (15,1%) as aulas ocorrem de forma híbrida, ou seja, com parte dos alunos ainda em casa. Em apenas 1,1% as aulas são totalmente presenciais.

Os dados são de pesquisa feita pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), com apoio do Unicef e do Itaú Social, entre os dias 15 de junho e 9 de julho.

72% da rede municipal usa programa para buscar quem perdeu aula na pandemia

Segundo uma pesquisa divulgada nesta quinta-feira (22) pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), 71,8% das redes municipais de ensino brasileiras utilizam a plataforma Busca Ativa Escolar para ir atrás dos estudantes que tiveram pouco ou nenhum vínculo escolar durante a pandemia. Desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Undime, a estratégia garante apoio aos governos para que crianças e adolescentes que não estão na escola sejam identificados, rematriculados e acompanhados para permanecer estudando

Gestores municipais de educação priorizam busca ativa de estudantes e suporte aos diretores, diz estudo da Undime

Os gestores municipais de educação apontam que a busca ativa dos estudantes e o suporte para os diretores são as prioridades do segmento em meio à pandemia da Covid-19, aponta estudo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), divulgado nesta quinta-feira (22). O levantamento — que contou com o apoio do Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) — teve a participação de 3.355 redes municipais de ensino, o equivalente a 60,2% das existentes no país.

Seduc/MT realiza webnário sobre dislexia e lança cartilha

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) realizou o 1º Webinário Dislexia em Foco. O evento, que reuniu especialistas no assunto, houve o lançamento da cartilha “Orientações pedagógicas para o reconhecimento de sinais indicativos de estudantes com dislexia”.

Seduc/MT esclarece principais dúvidas sobre o retorno das aulas na modalidade híbrida

As aulas na rede estadual de ensino de Mato Grosso serão retomadas, na modalidade híbrida, no dia 3 de agosto. A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) esclarece que a rede possui todos protocolos de biossegurança e planos de contingência necessários para garantir o retorno seguro.

Os protocolos estabelecem desde como deve ocorrer a limpeza de cada espaço da unidade escolar, a forma de revezamento dos estudantes, a organização nas salas de aula, ocupação de espaços externos, as ações a serem adotadas em casos suspeitos e confirmados de Covid-19.

TJMT considera inconstitucional lei que condiciona volta às aulas só com todos os profissionais vacinados

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso julgou inconstitucional o artigo que condicionava o retorno às aulas no ensino híbrido ou presencial da rede estadual à vacinação de todos os profissionais da educação, conforme lei aprovada pela Assembleia Legislativa (11.367/2021). A decisão em caráter liminar ocorreu nesta quarta-feira (21.07) em sessão virtual realizada pelos desembargadores. A Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei foi ajuizada pelo Ministério Público Estadual.

Na decisão, os magistrados entenderam que a responsabilidade pela organização do calendário escolar é de competência do Poder Executivo. Com isso, perde a eficácia a iniciativa da Assembleia Legislativa de aprovar uma lei condicionando o retorno às aulas somente com a vacinação.

Vinte e quatro estados se preparam para retornar aulas em agosto

Vinte e quatro Estados devem retornar as aulas em agosto. O retorno foi discutido em encontro conjunto dos conselhos nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretários de Educação (Consed), realizado em Brasília no dia 20 de julho.

“A maioria dos Estados, em torno de 24, vão retornar suas atividades até agosto, levando em consideração todos os protocolos já estabelecidos. Somente três manifestaram que não têm uma data prevista para retorno”, disse após a reunião o secretário de Educação de Mato Grosso, Alan Porto. Em Mato Grosso, as aulas na forma do ensino híbrido retornam no dia 3 de agosto.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

- Lei nº 14.180, de 1º.7.2021 - Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Mensagem de veto
- Lei Estadual n.º 11.422, de 14 de junho de 2021 - Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

